

ATA NÚMERO 07/XIII (1.ª)

22 de dezembro de 2015 – 15h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata

- Ata da reunião de 15 de dezembro

3. Comunicações do Presidente

4. Eleição do Vice-Presidente da Comissão de Educação e Ciência

5. Audiência ao Sindicato dos Inspectores da Educação e Ensino – 15h15

6. Audiência ao Movimento Reivindicativo do Ensino Artístico Especializado – 16h00

7. Outros assuntos

8. Data da próxima reunião

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação da ata

A ata da reunião de 15 de dezembro foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de iniciativas legislativas

O Presidente informou que tinham baixado à Comissão o [Projeto de Resolução n.º 45/XIII, do PCP, Recomenda a adoção de medidas urgentes para o financiamento às escolas do Ensino Artístico Especializado de música e de dança que assegurem a sua estabilidade](#) e o [Projeto de Resolução n.º 47/XIII, do BE, Alunos do ensino artístico prejudicados no acesso ao ensino superior sem justificação pedagógica ou curricular](#), tendo os seus autores comunicado que pretendiam a sua discussão no Plenário.

3.2. Baixa de iniciativas europeias

Indicou depois que tinham sido remetidas à Comissão as iniciativas europeias abaixo referidas, tendo-se consensualizado não proceder ao seu escrutínio, por se entender que as mesmas não cabiam na área atual de competências da Comissão:

[COM\(2015\)615](#) - Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros no que respeita aos requisitos de acessibilidade dos produtos e serviços

[COM\(2015\)627](#) - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que visa assegurar a portabilidade transfronteiras dos serviços de conteúdos em linha no mercado interno

3.3. Café de Ciência

Lembrou que tinha sido aprovada a realização de um Café de Ciência sobre o tema “*O impacto das alterações climáticas na saúde*” e colocou à consideração a hipótese de o mesmo se realizar no dia 06 de abril (4.ª feira da 1.ª semana do 3.º período escolar, a partir das 18h), não se tendo verificado objeções.

3.4. Composição dos Grupos de Trabalho

O Presidente indicou a composição dos Grupos de Trabalho abaixo referidos, tendo solicitado ao PS e ao PCP a indicação dos Deputados em falta.

Grupo de Trabalho da Educação Especial

- ✓ **Coordenador:** PSD – Manuela Tender
- ✓ **PSD:** Laura Magalhães
- ✓ **PS:**

- ✓ **BE:** Joana Mortágua
- ✓ **CDS-PP:** Ana Rita Bessa
- ✓ **PCP:** Diana Ferreira

• **Grupo de Trabalho de Acompanhamento do processo de descentralização de competências na área da educação**

- ✓ **Coordenador:** PS – Deputada Susana Amador
- ✓ **PSD:** Deputada Germana Rocha
- ✓ **PS:**
- ✓ **BE:** Joana Mortágua
- ✓ **CDS-PP:** Abel Baptista
- ✓ **PCP:**

3.5. Atividades da Comissão

De seguida, fez uma resenha das atividades a desenvolver pela Comissão, referidas abaixo e solicitou aos Grupos Parlamentares que apresentassem propostas para a sua concretização (os que as tinham proposto e/ou outros), e aos Grupos de Trabalho que remetessem o respetivo Plano de Atividades, até ao dia 15 de janeiro, para apreciação pela Comissão na reunião de 19 de janeiro:

- **Conferência** “*O estado da Ciência em Portugal*”
- **Conferência** “*Educação de Adultos e Aprendizagem ao Longo da Vida: melhores oportunidades, melhor economia*” (proposta pelo PS)

• **Linhas de trabalho**

- ✓ Ensino profissional
- ✓ Ensino artístico
- ✓ Ensino superior
- ✓ Sucesso escolar
- ✓ Educação e cidadania – incluindo a democracia nas escolas e as praxes no ensino superior

• **Grupo de Trabalho da Educação Especial**

- **Grupo de Trabalho de Acompanhamento do processo de descentralização de competências na área da educação**

3.6. Pedidos de audiência

Deu depois conta de que tinham sido pedidas audiências pelas entidades a seguir indicadas, tendo-se consensualizado que teriam lugar em reunião presidida por Deputado-piloto, a indicar pelo PS:

- **Docente António Guilherme Pinto dos Santos**, ex-diretor do Agrupamento de Escolas de Canedo - “agredido durante a sua hora de almoço, não tendo o Ministério considerado o incidente como acidente em serviço “in itinere”.
- **Docente Miguel Gonçalves, do Instituto Politécnico de Coimbra** – “ensino superior público politécnico – precariedade dos docentes no ensino superior”.

3.7. Convite da ABIC ao Presidente da Comissão para intervir na abertura da Mesa Redonda – Estatuto do Bolseiro: um túnel sem luz ao fundo?

Por último, informou que tinha aceitado um convite da ABIC (Associação de Bolseiros de Investigação Científica) para intervir na sessão de abertura da mesa redonda acima referida, que teria lugar no Auditório da Casa Amarela da Assembleia da República, no dia 19 de janeiro, às 15h.

4. Eleição do Vice-Presidente da Comissão de Educação e Ciência

O Deputado Amadeu Albergaria (PSD) apresentou a candidatura da Deputada Margarida Mano (PSD) para a 1.ª vice-presidência da Comissão - em substituição da Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD), que tinha cessado funções – tendo a mesma sido eleita por unanimidade.

5. Audiência ao Sindicato dos Inspetores da Educação e Ensino – 15h15

Em representação do Sindicato dos Inspetores da Educação e do Ensino estiveram presentes José Calçada (Presidente), Bercina Calçada e Marisa Nunes.

O Presidente do Sindicato referiu em primeiro lugar que a [lei orgânica do Governo](#) previa a concentração de vários serviços, de diversos ministérios e manifestou discordância em relação ao facto de ter sido prevista uma única inspeção para os 2 ministérios (agora divididos), da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, considerando que isso empobrecia e desvalorizava as inspeções.

Referiu depois as 6 questões principais de preocupação, que estão desenvolvidas em documento disponível na [página da Comissão na internet](#):

1. A necessidade de reforçar as inspeções, entendendo que deveriam ter a tutela do Governo (para o seu trabalho quotidiano) e da Assembleia da República (para as questões de natureza estratégica);
2. A premência do reforço significativo do número de inspetores (na inspeção dos 2 Ministérios), tendo referido que já tiveram 407 e atualmente tinham 193;
3. A proposta de regresso à Inspeção Geral de Educação e Ciência da instrução dos processos disciplinares e de inquérito no âmbito do ensino não superior, retirando-a

- às escolas (tendo remetido um parecer e uma proposta sobre a matéria, disponíveis na [página da Comissão na internet](#));
4. A aplicação a todas as escolas de um programa sistemático de avaliação integrada das mesmas (e não classificação), com análise dos pontos fortes e fracos e com avaliação da docência (tendo presente o impacto nas aprendizagens dos alunos), tendo discordado dos *rankings* das escolas e considerado que os professores não eram classificáveis;
 5. A necessidade de desenvolvimento de uma nova metodologia de trabalho para a Inspeção, que respondesse às necessidades da tutela e das escolas e tivesse subjacente uma política de proximidade e se avançasse para a reconfiguração territorial da Inspeção, redefinindo a sua direção central;
 6. A necessidade de melhoria das condições de trabalho dos inspetores, nomeadamente, em termos de horário de trabalho, isenção de horário, integração do tempo das deslocações no cômputo do horário de trabalho, pagamento das deslocações e ajudas de custo, alteração do regime de avaliação de desempenho e pleno exercício do direito à atividade sindical, propondo a alteração do artigo 345.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Interveio depois a Deputada Germana Rocha (PSD), referindo que as condições de trabalho e a escassez de Recursos Humanos estavam relacionadas com as restrições orçamentais existentes.

Em relação à instrução dos processos disciplinares nas escolas, considerou a matéria passível de avaliação e solicitou indicação do n.º de processos disciplinares do último ano e das medidas aplicadas.

Pedi depois indicação do n.º de associados do Sindicato para avaliação do impacto da alteração do artigo 345.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (crédito de horas).

A Deputada Odete João (PS) referiu a exiguidade dos inspetores e considerou que vão às escolas para resolver problemas e não para prevenir, tendo questionado se a Inspeção tem um plano de médio prazo para ida às escolas.

No que respeitava à instrução dos processos disciplinares pelas escolas, perguntou o que entendiam que tinha corrido menos bem e se tinha havido reversão das decisões das escolas. Por último, questionou como é que a Inspeção se ia entrosar com o processo de autoavaliação das escolas.

A Deputada Joana Mortágua (BE) informou que já tinham colocado questões ao Governo sobre a Inspeção. Questionou depois quantos inspetores entendiam que seriam necessários e qual o papel na fiscalização do ensino privado com contratos de associação, tendo pedido um comentário sobre os dados dos *rankings* com a comparação entre as escolas privadas e as públicas. Por último, referiu que o BE estava muito atento às questões colocadas, nomeadamente à instrução dos processos disciplinares nas escolas.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu que várias escolas que visitaram tinham manifestado que gostariam de não fazer a instrução dos processos disciplinares. Indicou

ainda que a diminuição de inspetores estava a agravar-se, havendo necessidade de tomar medidas que contrariassem essa tendência. Por último, referiu que sendo consensual a necessidade da existência de mecanismos de avaliação externa das escolas, em articulação com a avaliação interna e tendo em conta o trabalho desenvolvido pela Inspeção nesse sentido e o atual contexto de abolição de vários exames, qual a dimensão ótima da Inspeção e o seu papel para a realização dessa avaliação.

A Deputada Ana Virgínia (PCP) referiu que acompanhavam as preocupações manifestadas pelo Sindicato e que tinham apresentado uma proposta para mais inspetores no âmbito do Orçamento do Estado de 2015. Referiu que concordavam com a instrução dos processos disciplinares pela Inspeção, com a descentralização da entidade e com a proposta apresentada de avaliar e não classificar as escolas.

A Deputada Susana Amador (PS) pediu um desenvolvimento, ou o envio de um documento posterior, sobre a matéria da municipalização da educação.

Na sequência das questões colocadas e das observações feitas, o Presidente do Sindicato referiu que tinham uma taxa de sindicalização de 85% dos inspetores. Defendeu depois que no desenvolvimento dos processos disciplinares pelas escolas se verifica o risco informal de “coaçoão” entre professores e outros eventuais riscos maiores.

Considerou que os custos da Inspeção eram exíguos, informou que anteriormente era atribuída uma bolsa de escolas a cada inspetor, que ele acompanhava em permanência, o que atualmente não era exequível e referiu a retirada do serviço de provedoria da Inspeção, que foi transformado em serviço de triagem.

Considerou que a avaliação atual das escolas não era integrada com a autoavaliação das escolas.

Referiu que o número desejável de inspetores deveria ser cerca de 600, quando atualmente eram 193 e que propunham um concurso de recrutamento destinado a docentes, havendo centenas com horário zero, pelo que não haveria aumento de encargos. Defendeu ainda que a Inspeção tinha de ser um serviço que ocupasse todo o território.

Informou igualmente que a Inspeção fiscalizava pouco o ensino privado desde 2010, tendo deixado de ir às respetivas escolas há 6 anos, pelo que havia muitos milhões de verbas públicas transferidas para as mesmas sem avaliação.

Discordou dos *rankings* das escolas e referiu que havia alguns estabelecimentos que inflacionavam notas, nalguns casos do ensino privado.

Informou que a Federação Nacional dos Sindicatos da Educação e a Federação Nacional dos Professores concordavam que a instrução dos processos disciplinares fosse feita pela Inspeção, o mesmo acontecendo com a maioria dos Diretores das escolas.

Por último, considerou que a municipalização da educação potenciava desigualdades e era prejudicial à escola pública.

A documentação remetida pelo Sindicato e a gravação da reunião estão disponíveis na [página da Comissão na internet](#).

6. Audiência ao Movimento Reivindicativo do Ensino Artístico Especializado – 16h00

A representante do Movimento Reivindicativo do Ensino Artístico Especializado, Susana Batoca, agradeceu a concessão da audiência e de seguida fez uma intervenção inicial, começando por sublinhar a desesperante situação financeira em que se encontram as escolas do ensino artístico especializado da música e da dança, que continuam sem receber dinheiro do Estado e com professores sem receber ordenados há meses. Tal como no ano passado, este ano os processos de candidaturas das escolas foram recusados pelo Tribunal de Contas por estarem “mal instruídos” pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) e muitos voltaram para trás.

Disse também que já em 2014 problemas idênticos levaram as escolas do ensino artístico a não receber atempadamente o que lhes era devido pelo Ministério da Educação, pelo que ficaram sem dinheiro para despesas correntes (como pagar água e luz, por exemplo) e para pagar aos professores.

Neste momento a dívida do Estado às escolas do ensino artístico especializado, que está a causar grandes dificuldades no sector, é de €22 milhões, havendo já escolas a recorrer ao crédito bancário para poder pagar o ordenado aos professores. Apenas 12 processos em 115, portanto menos de 10% (e todos eles isentos de visto do Tribunal de Contas devido ao montante e/ou natureza da entidade contratada o dispensar), estão concluídos e pagos, representando menos de 3% do montante de financiamento do triénio 2014-2016 e menos de 10% do que deveria ser executado em 2015.

Este atraso no pagamento afeta 90% das escolas privadas de ensino artístico do País. Após a assinatura dos contratos de patrocínio 2015-2016, que fixam o montante e as condições com que o Estado financia estas instituições, não foi paga a primeira tranche até ao dia 15 de outubro e a segunda, a pagar até 30 de novembro, também falhou o prazo.

Interveio, de seguida, o Senhor Deputado Pedro Pimpão (PSD), que destacou o trabalho que tem vindo a ser levado a cabo pelo Movimento Reivindicativo do Ensino Artístico Especializado e fez ainda referência à ação do anterior governo neste âmbito, no sentido de uma maior transparência, através da abertura de concursos, de maior equidade e ainda de uma maior estabilidade, nomeadamente através do financiamento plurianual.

A Senhora Deputada Gabriela Canavilhas (PS) disse lamentar a situação em que se encontram estas escolas, que se arrasta já há vários anos e que afeta um conjunto alargado de profissionais. Considerou que o modelo de financiamento não se encontra ajustado a este sistema e terminou referindo que o atual Ministro da Educação e Ciência avocou esta matéria para o seu gabinete, pelo que se espera uma resolução tão breve quanto possível do problema.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) atribuiu a responsabilidade do problema ao anterior Governo que, ano após ano, incorreu nos mesmos erros, tendo questionado se não haveria a intenção de destruição deste tipo de ensino. Concluiu, defendendo que o modelo vigente, embora errado, deve ser cumprido, e quanto antes, de forma a minorar os efeitos dos atrasos.

O Senhor Deputado Abel Baptista (CDS-PP) dirigiu uma palavra de reconhecimento aos representantes do Movimento ali presentes, pelo trabalho que vêm desenvolvendo, considerando que o Estado não tem estado bem na forma como tem tratado o ensino artístico especializado, em particular no que se refere ao financiamento. Defendeu, por último, a necessidade de gizar uma nova forma de financiamento, pelo que solicitou uma proposta que possa ajudar a ultrapassar estes constrangimentos.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) lembrou que o que está em causa, neste momento, não é o modelo de financiamento, mas o atraso nas transferências das verbas para as escolas. Considerou ainda que se trata de um problema de cariz político e não administrativo, uma vez que se tem verificado um desinvestimento sucessivo no ensino artístico.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) lembrou que a situação piorou com o anterior Governo e fez referência ao projeto de resolução apresentado pelo PCP, que recomenda a adoção de medidas urgentes para o financiamento às escolas do ensino artístico especializado de música e de dança que assegurem a sua estabilidade. Terminou, manifestando a solidariedade do PCP relativamente a esta matéria.

Em resposta às intervenções produzidas, Susana Batoca afirmou não existir igualdade, visto que as escolas recebem o mesmo financiamento, independentemente da posição na carreira em que se encontra o seu corpo docente. Considerou ainda que os concursos não conferem transparência a este sistema e que não existe estabilidade, uma vez que se registam despedimentos e redução de horários.

Terminou, afirmando que urge repensar não apenas o modelo de financiamento, mas o que se pretende para o ensino artístico especializado, nomeadamente no que concerne à rede de escolas, às metas, currículos e carreiras. Defendeu, por último, que o Estado deve assumir o seu papel de regulador e fiscalizador.

A gravação áudio encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

7. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

8. Data da próxima reunião



Comissão de Educação e Ciência

- Dia 05 de janeiro de 2016 – 15h00

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 17 horas e 25 minutos.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Alexandre Quintanilha)

A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de 05 de janeiro de 2016.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Alexandre Quintanilha
Amadeu Soares Albergaria
Ana Rita Bessa
André Pinotes Batista
Joana Mortágua
João Torres
Laura Monteiro Magalhães
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Odete João
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Susana Amador
Álvaro Batista
Ana Virgínia Pereira
Cristóvão Crespo
Cristóvão Simão Ribeiro
Diogo Leão
Gabriela Canavilhas
José Cesário
Palmira Maciel
Sónia Fertuzinhos
Susana Lamas
Vânia Dias da Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Emília Santos